

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DA AE

BRASÍLIA, JULHO DE 2011

Vol. 1 - **NOSSOS DESAFIOS**

Vol. 2 - **CONJUNTURA, TÁTICA E ESTRATÉGIA**

Vol. 3 - **HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO DA AE**

EDITORA
Página^{PT}13



RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DA AE

NOSSOS DESAFIOS

Versão editada das resoluções aprovadas em julho de 2011, pelo Congresso Nacional da Articulação de Esquerda, tendência do Partido dos Trabalhadores. A íntegra das resoluções está disponível no www.pagina13.org.br

Página 13

BRASÍLIA, JULHO DE 2011



Coordenação editorial

Valter Pomar


Revisão

Lício Lobo, Renam Brandão e Rosana Ramos


Capa e diagramação

Cláudio Gonzalez

DIREÇÃO NACIONAL DA AE



Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Ana Affonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), 20. José Gilderlei (RN), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Jairo Rocha (MT), Joel Almeida (SE), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Raquel de Oliveira (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Valter Pomar (SP).



Editora

Página^{PT}13

1ª edição: setembro de 2011

A integra das resoluções está disponível no endereço eletrônico: www.pagina13.org.br





A história do Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação em 1980 até hoje, pode ser dividida em três grandes períodos:

*1980-1989, a luta contra a ditadura militar e contra a “transição conservadora para a democracia”;

*1990-2002, a oposição aos governos neoliberais;

*2003-2011, governando o Brasil.

No primeiro período (1980-1989), o Partido dos Trabalhadores experimentou três grandes modificações: a) tornou-se o principal partido da esquerda brasileira; b) de partido-frente, no interior do qual atuavam diversos “partidos clandestinos”, tornou-se um partido com tendências internas; c) de partido centrado na luta social, tornou-se alternativa eleitoral de governo.

No segundo período (1990-2002), o PT sofreu os efeitos combinados da crise do socialismo real e da ofensiva neoliberal no Brasil. Ocorre um refluxo nas lutas sociais, mas ao mesmo tempo fica evidente que acumular eleitoral e institucionalmente, inclusive conquistando a Presidência da República, era um objetivo factível.

No terceiro período (2003-2011), o Partido dos Trabalhadores tornou-se o principal integrante de uma coalizão política





composta por partidos de esquerda, centro e direita; coalizão que expressa uma aliança social entre frações de três grandes classes sociais: os trabalhadores, a pequena burguesia e a grande burguesia.

Neste terceiro período, o PT sofre os efeitos ideológicos, políticos, organizativos e sociológicos decorrentes da condição de partido de governo; num país marcado pela influência do neoliberalismo, do desenvolvimentismo conservador, da desigualdade social, da dependência externa e da falta de democracia; e numa época histórica caracterizada pela mais ampla hegemonia do capitalismo e pela defensiva estratégica do socialismo.

Este é o pano de fundo das disputas políticas que o PT trava na sociedade brasileira. Este é, também, o pano de fundo da luta entre as diferentes tendências petistas, entre as quais a nossa tendência, a Articulação de Esquerda.

A Articulação de Esquerda luta por um Partido dos Trabalhadores democrático, socialista e revolucionário.

Por isso, reafirmamos e atualizamos os desafios programáticos resumidos nas resoluções da X (2008) e da XI (2009) Conferências Nacionais da AE:

O primeiro desafio é lutar pela democratização profunda de nossa sociedade. Isto significa muito mais do que a simples realização de eleições periódicas, pois se trata de buscar transformações que exigem um combate sem tréguas a privilégios, desigualdades e discriminações fundamente enraizados. O Brasil do século 21, em que pesem os recentes



avanços democratizantes, ainda possui 14 milhões de anal-
fabetos; convive com trabalho escravo e trabalho infantil;
com a criminalização da pobreza; com a miséria das nações
indígenas remanescentes; com altos índices de violência ur-
bana, que resulta em cerca de 40 mil homicídios por ano,
e violência rural, contra camponeses pobres que lutam por
terra e direitos sociais. As Polícias Militares, hegemônicas
por uma cultura autoritária e antipopular, estão entre as for-
ças policiais que mais matam no mundo, tendo como vítima
preferencial a juventude negra e pobre das regiões periféri-
cas. O Sistema Único de Saúde é uma conquista notável, mas
a imensa maioria dos que recorrem a ele ainda percorre uma
via crucis para obter atendimento.

Os remanescentes da Ditadura Militar e os seus herdeiros
políticos continuam bloqueando a apuração dos crimes do
período, sendo o Brasil a única nação americana a não haver
ainda iniciado o processo de julgamento dos agentes mili-
tares e civis responsáveis por sequestros, torturas aplicadas
a milhares de presos políticos, e assassinato de mais de 400
opositores do regime iniciado em 1964. Os arquivos da Di-
tadura Militar permanecem fechados. Milhares de soldados
rasos e militares de baixa patente que se opuseram ao golpe,
e foram perseguidos, encontram-se ainda hoje em situação
de penúria e não puderam readquirir os direitos perdidos.

O sistema político existente no Brasil, bem como na maio-
ria dos países de nosso continente, segue produzindo enor-
mes distorções, suscetível a todo tipo de manipulação por
parte da burguesia e dos partidos conservadores. O con-
trole social sobre a atividade política e estatal é extrema-
mente reduzido.




Para a maioria da população, sobra apenas o direito de votar para eleger periodicamente seus “representantes”. Os meios de comunicação, geralmente em mãos de grupos empresariais privados, interferem de maneira explícita em favor dos interesses capitalistas.

O segundo desafio é ampliar o alcance e a qualidade das políticas sociais públicas, inclusive criando novos direitos sociais. Antes da onda neoliberal, no Brasil e na maior parte do continente, a cobertura do Estado em áreas como saúde e educação já era bastante reduzida. O neoliberalismo piorou ainda mais a situação, fazendo com que vários destes serviços fossem acessíveis apenas através do mercado. Agora estamos diante do desafio de garantir, além do direito pleno à saúde, educação e alimentação, outros direitos básicos, como o acesso à eletricidade, telecomunicações, saneamento básico, habitação, transporte público, à cultura e ao lazer como direitos universais.


Sem esquecer do direito à informação e à comunicação, como tem ficado cada vez mais claro nos últimos anos, na medida mesmo em que o oligopólio midiático, encabeçado por grupos como Globo, Abril, Folha e outros, arvorou-se em principal partido político de oposição aos governos Lula e Dilma e às reformas estruturais capazes de dismantelar o *apartheid* econômico, social, político e cultural ainda vigente no Brasil.

O terceiro desafio consiste na realização de reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossas sociedades. A reforma agrária e a reforma urbana são objetivos essenciais, assim como a política e a tributária. O latifúndio






modernizou-se e segue funcional na lógica do capitalismo brasileiro, cada vez mais agressivo ao meio ambiente e às condições de vida dos trabalhadores rurais, e sempre que possível recorre ao assassinato dos seus opositores e até de agentes estatais. Nas cidades, onde vive 80% da população brasileira, convivem a violência urbana e o *apartheid* social. A especulação imobiliária alavancada pelo Capital agrava as condições de vida e o caos nas metrópoles e grandes cidades.



São necessárias reformas radicais na ocupação espacial, para eliminar as situações de risco ambiental. Há a necessidade de aumento expressivo das áreas verdes nas cidades, alteração da matriz de transportes, priorização do transporte público de massas. A produção massiva de habitações de interesse social é tarefa urgente, mas que não pode simplesmente reproduzir o padrão de segregação sócio-espacial que sempre marcou os poucos programas habitacionais populares no nosso país, pelo qual o lugar dos pobres nas cidades sempre foram as periferias mais distantes ou as sobras que não interessam ao grande mercado imobiliário. No campo, trata-se de lutar pela garantia dos direitos da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais. A combinação das reformas agrária e urbana deve dar conta de começar a enfrentar estes problemas.



A realização da Reforma urbana implica na necessidade de confrontação com poderosos interesses, que sempre dirigiram o modelo excludente de urbanização em nosso país. Em que pese os avanços conquistados no âmbito legal pelo movimento de Reforma Urbana, tal como o estabelecimento da função social da propriedade na Constituição federal, e a aprovação do Estatuto das Cidades, os instrumentos nele



contidos que permitiriam avançarmos rumo a cidades mais justas e democráticas continuam travados pela permanência do enorme poder político, social e econômico da propriedade da terra urbana. É necessário enfrentar a questão da terra e de sua propriedade, como objeto central de um mercado poderoso e socialmente excludente – o mercado imobiliário – cuja lógica baseada em ganhos especulativos se alimenta da supervalorização da terra urbana, da apropriação privada dos investimentos públicos, e por conseqüente, da exclusão da maioria da população à mesma, ao menos àquela urbanizada e legalizada. Significa enfrentar a articulação dos interesses desse mercado com os interesses das grandes empreiteiras que induzem os investimentos públicos nas cidades, assim como a crescente articulação com o capital financeiro e com os grandes fluxos de acumulação capitalista em nosso país, que fazem das nossas cidades cada vez mais objeto de grandes lucros, em detrimento da enorme maioria da população.

O quarto desafio é a criação de um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de emprego e renda, redistribuição de renda e riqueza. Estes objetivos, no atual estágio da economia internacional e nos marcos da correlação de forças vigente, exigem que se trabalhe em escala continental. O desenvolvimento da capacidade de produzir bens e serviços deve ter como objetivo central a satisfação das necessidades básicas de cada país, para elevar gradualmente seu nível de vida e, ao mesmo tempo, apoiar a capacidade de exportação, gerando assim os recursos necessários para a complementação das necessidades nacionais. Devemos fortalecer nosso mercado interno, garantindo a existência da soberania e segurança alimentar, de uma rede





de pequeno comércio varejista, de uma política industrial, de uma rede de pequenas e médias empresas, de uma política de ciência e tecnologia, bem como de proteção à cultura, educação e comunicação nacionais.

O quinto desafio é combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental. Desafio ainda maior se recordarmos que cada um dos países latino-americanos e caribenhos possui histórias particulares e correlações de força específicas, às quais correspondem estratégias e programas também diferenciados. A integração entre as economias latino-americanas exige, para além de projetos de infra-estrutura e compatibilização legislativa, a integração de políticas econômicas e de um sistema de financiamento e crédito alternativo ao que hoje é dominante.

O sexto desafio é enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito, discriminação, violência e violação dos direitos humanos.

A estratégia para conduzir nossa luta pelo socialismo deve se orientar pela análise da realidade concreta, com foco especial nas suas contradições. Consideramos que o modo de produção capitalista é predominante no Brasil, e sua dinâmica se fundamenta na contradição entre o capital e o trabalho, com o correspondente antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Consideramos que acabar com o capitalismo é um pressuposto para a superação de toda e qualquer sociedade baseada na exploração e na opressão. Por isto cabe compreender como o capitalismo se apropria e reproduz ou-





tras formas de opressão, sobretudo o machismo, a homofobia e o racismo. Consideramos que as vítimas destas formas de opressão são integrantes de um bloco histórico capaz de suplantar a hegemonia burguesa, branca, masculina e heterossexual. Isto exige forjar os instrumentos organizativos que impulsionem suas lutas autonomamente.

Para que chegue ao fim a época histórica das sociedades baseadas na divisão e luta entre classes, é preciso superar todas as formas de opressão e exploração; e a superação de todas estas formas depende da vitória dos trabalhadores e do fim do capitalismo. Por isto, é preciso trabalhar estrategicamente com a dimensão universal dos direitos humanos, com as políticas afirmativas e com a promoção de políticas públicas que afirmem valores democráticos, o respeito à diversidade e o combate contra as discriminações e exclusões que afetam a pessoa com deficiência.

Temos como objetivo central acabar com as variadas formas de discriminação associadas ao capitalismo e ao neoliberalismo, como é o caso do preconceito étnico/racial, do sexismo e da heteronormatividade. Enfrentar o machismo, o racismo e a homofobia compõe os pressupostos da construção de um novo modelo de sociedade. Também por isto, no debate sobre a “sexualidade”, é preciso enfrentar os valores morais, éticos e ideológicos derivados de uma sociedade hegemonicamente branca, masculina, heterossexual e patriarcal.

O sétimo desafio diz respeito à realidade da juventude. A população jovem nunca foi tão grande na América Latina e no Brasil, fenômeno que tem sido tratado por estudiosos





da juventude como um “bônus demográfico” fundamental para a construção de projetos de desenvolvimento.

Devemos tratar essa temática como ponto importante em nossa estratégia de modelo econômico alternativo. Na atualidade e nos próximos dez anos, trata-se de uma parcela significativa da classe trabalhadora e de beneficiários de programas sociais que merecem atenção especial.

A exclusão social, associada à crescente e permanente difusão do individualismo, do consumismo, da futilidade e do autoritarismo são uma combinação explosiva na disputa ideológica destes setores sociais.

A disputa que travaremos no próximo período tem que ter um foco especial na juventude, pois a maioria não viveu os anos neoliberais e convive já há dez anos com um governo do PT em nível nacional. As mobilizações recentes na Europa, como os indignados da Puerta del Sol (praça no centro de Madri), nos ensinam que o partido e o nosso projeto não podem romper os laços com as novas gerações.

Em um período em que o país experimenta um forte desenvolvimento econômico, a questão da juventude -- envolvendo a educação de qualidade, a inserção ocupacional, a qualidade de vida através de moradia digna, acesso à equipamentos culturais, esportivos e de lazer -- deve ser compreendida como uma questão estratégica de desenvolvimento do país e não apenas como uma questão setorial.

A necessidade disso justifica-se não apenas para tirar massivamente a juventude da condição de exclusão, mas também





para, através de intensas políticas públicas, viabilizar uma formação integral e criar espaços coletivos de integração e convivência. Com isso, pretende-se diminuir consideravelmente a contradição, vivida em maior grau nesta fase da vida, entre o potencial criativo e os bloqueios que o sistema impõe. Isso incidirá fortemente no tipo de desenvolvimento e ampliará as possibilidades objetivas e subjetivas de disputa ideológica das novas gerações.

Nesse sentido, do ponto de vista da disputa de hegemonia na sociedade, no atual período da história do país, do PT e da esquerda socialista, é preciso redobrar nossa capacidade de estabelecer vínculos políticos e ideológicos com as novas gerações, através dos movimentos sociais, do partido, dos governos e mandatos parlamentares, disputando fortemente esta geração para as idéias e práticas vinculadas à luta e construção do socialismo.

O oitavo desafio é deter o processo de destruição do meio-ambiente, a começar pelos recursos não-renováveis. Também por isto, a base produtiva de bens e serviços de cada um dos países, assim como as fontes fundamentais de energias e matérias-primas, precisam estar sob controle direto ou indireto dos Estados e nações, e não a serviço das empresas multinacionais.

Estes oito desafios estão entrelaçados. Não haverá democracia substantiva, sem um desenvolvimento e soberania de novo tipo. Não haverá um desenvolvimento de novo tipo, sem democracia e soberania efetivas. Não haverá uma soberania efetiva, sem democracia e desenvolvimento democrático-populares.





E não haverá nada disto, se a maioria da população brasileira, ou seja, os trabalhadores e trabalhadoras, não forem ganhos para a idéia de enfrentar e superar, a partir de uma perspectiva socialista, os principais traços da sociedade brasileira --a dependência externa, a democracia restrita e a desigualdade social-- traços que foram agravados no período neoliberal.

Parte significativa da atual direção, tanto dos movimentos quanto dos partidos populares, é constituída por uma geração formada politicamente em um período de fortes movimentos de massas e baixos níveis de institucionalização e burocratização das organizações. Ao contrário de hoje, quando uma geração de jovens está sendo forjada em um ambiente que combina forte institucionalização de partidos e movimentos, com baixa intensidade dos movimentos de massas.

A esse respeito, reafirmamos o que é dito pelas resoluções da X Conferência Nacional da AE: temos uma geração inteira de trabalhadores, inclusive de militantes e filiados petistas que “desaprendeu” (ou que nunca teve a chance de aprender) o que é o socialismo e o que é uma estratégia socialista. Uma estratégia de longo prazo precisa estar atenta a este fenômeno. Construir uma juventude socialista e de massas nestas condições demanda um cuidado redobrado com a formação política, um trabalho sistemático de recrutamento de novos militantes e uma política de quadros.

Ademais, há uma geração anterior que em parte abandonou o socialismo e em grande parte abandonou uma perspectiva revolucionária. Por isto, nós da AE enfatizamos fortemente que





travamos a luta tática contra o neoliberalismo, a partir de uma estratégia socialista revolucionária.


Nos últimos vinte anos, a hegemonia neoliberal provocou um retrocesso generalizado (no terreno ideológico, das relações sociais etc.), nos obrigando a percorrer caminhos e enfrentar questões mais próximas do desenvolvimentismo capitalista do que da edificação socialista. Isso tem incidência nas tarefas práticas de um governo encabeçado por um partido de esquerda e produto de um processo eleitoral.

Mas se isto é verdade, também é verdade que *o neoliberalismo capitalismo é*. E, num certo sentido, é um capitalismo mais “puro”, mais “selvagem”, mais “limpo de mediações”. Nesse sentido, sempre consideramos um erro enfatizar isoladamente o caráter “anti-neoliberal” de nosso projeto, como se pretendêssemos ou fôssemos obrigados a estabelecer uma “etapa” não-socialista entre a luta anti-neoliberal e a luta socialista.

A maneira correta de enfrentar esta questão envolve dois movimentos combinados. Por um lado, enfrentar os dilemas reais da sociedade, sempre a partir de uma perspectiva socialista (mesmo que, dada a correlação de forças, adotar uma **perspectiva socialista** não implique, em cada caso e momento concreto, implementar **soluções socialistas**). Por outro lado, reforçar a propaganda da sociedade socialista que pretendemos construir, marcada pelos seguintes traços distintivos:



O primeiro traço é o compromisso internacionalista, que parte de uma dupla constatação: primeiro, de que somos





todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que todos temos direito e de que todos devemos cuidar; segundo, que o capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, sua superação exige uma alternativa também em escala internacional.

Os Estados nacionais fazem parte política e economicamente desse modo de produção mundial. Os trabalhadores e as trabalhadoras organizam suas lutas em seu próprio país, pois este é o campo imediato de ação. Essa ação é nacional não necessariamente pelo seu conteúdo, mas pela sua forma. A defesa da soberania nacional, a cooperação para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais, fazem parte do conteúdo das lutas nacionais em cada país.



Enquanto existirem os Estados nacionais, eles devem ter sua soberania respeitada, cooperando para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais.

Em uma nova sociedade, se valorizará ativamente a autodeterminação dos povos, a ação internacionalista e o combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente. Trata-se, também, de substituir os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial por novas instituições, por outros organismos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz.



Ao se estabelecer novas relações de cooperação internacionais a partir desse conteúdo internacionalista, serão criados novos organismos multilaterais, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento sustentável e na paz.

O segundo traço é o planejamento democrático e comprometido com o desenvolvimento sustentável, que compreenda a economia como meio de atender as necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

O terceiro traço é a propriedade pública dos grandes meios de produção, uma vez que as riquezas da humanidade são criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. Não haverá democracia, enquanto algumas centenas de grandes empresas controlarem a riqueza e o poder político no mundo. O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social, que assuma as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista quanto o planejamento verticalista hegemônico em tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social, e não a supostos “interesses estratégicos do



Estado”. Que busque conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

O quarto traço é a mais profunda democratização, o que supõe democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; a igualdade de gênero, a igualdade racial e a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. Esses temas também são estruturantes em nosso projeto socialista. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos fundamentais na nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital, dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.



Nós *petistas socialistas* sabemos ter pela frente um gigantesco esforço de luta social, política e cultural. O Partido dos Trabalhadores deve ajudar a construir um movimento socialista, de caráter nacional e internacional. Para atingir este objetivo, será necessário dar conta, entre outras, de duas grandes tarefas:

A primeira grande tarefa é de natureza teórica: estudar o capitalismo, precisar a natureza do período histórico que estamos atravessando, reinterpretar ou atualizar categorias clássicas como o imperialismo e o capital financeiro, abordar questões surgidas do desenvolvimento mais recente.

Precisamos retomar o balanço das tentativas de construção do socialismo no século XX; o debate acerca das características futuras do socialismo, no mundo e no Brasil; e a estratégia de luta pelo socialismo, especialmente no contexto latino-americano, o que nos remete ao debate sobre o internacionalismo.

Devemos estimular o partido a conhecer a situação internacional. A conjuntura na América Latina é muito diferente do que se passa nos Estados Unidos (onde a esquerda, desde há muitos anos, é uma força marginal); na Europa (onde a direita tornou-se hegemônica); no Oriente Médio (onde a luta antiimperialista é forte, mas hegemonzada por outra matriz político-ideológica); na África (onde está em curso uma onda de investimentos capitalistas, visando controlar as fontes de matérias primas); e na Ásia, onde é necessário estudar melhor o que se passa na Rússia, Índia e China.

Outro tema sobre o qual se necessita retomar a elaboração é o da “teoria sobre a revolução brasileira”. Dentre as velhas e





novas questões que devem integrar a necessária “nova síntese” sobre a formação social brasileira, destacamos a situação das grandes cidades brasileiras; a importância assumida por setores sociais como a juventude, o comportamento dos setores médios e da intelectualidade; a persistência das tradições, incluindo as mudanças e continuidades na instituição familiar, e a emergência de novas formas de sociabilidade comunitária; o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho, a estrutura de classes no país e as tendências da evolução do capitalismo brasileiro. Ganha especial destaque o tema das classes sociais, em particular o comportamento dos setores da classe trabalhadora que experimentaram uma ascensão na capacidade de consumo durante o governo Lula.

Neste terreno, do debate sobre a formação brasileira, os esforços de síntese que continuam servindo de referência para a esquerda têm entre 70 anos e 30 anos, como é o caso das obras de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Florestan Fernandes.

Não precisamos ter uma posição única, nem devemos cair na ilusão de que seremos capazes de produzir uma visão definitiva a respeito de cada um destes assuntos. Mas precisamos retomar o debate acerca das tendências do desenvolvimento capitalista e sobre as características da formação social brasileira, resultando numa síntese que nos ajude a sustentar teoricamente o programa para o Brasil que queremos; a estratégia para viabilizar aquele programa; a política de organização partidária compatível com nosso programa e estratégia.

A segunda grande tarefa é, exatamente, insistir numa tática e numa estratégia de poder direcionada para a superação





das relações capitalistas existentes em nosso país. O que se traduzirá numa ação combinada em todas as frentes da luta de classes: na luta cultural, teórica e ideológica; na luta social, eleitoral, parlamentar e governamental; e também na luta que se trava dentro da esquerda brasileira, inclusive a disputa interna ao Partido dos Trabalhadores.


O PT não conseguiu resolver, nem mesmo debater a contento, alguns obstáculos que, se não forem removidos, tornarão inviável a médio prazo a estratégia de “ser governo para ser poder”. Nos referimos, aqui, especialmente à ausência de reforma política, reforma tributária, democratização da comunicação etc.

Ambas as coisas fazem com que no PT de hoje exista uma maioria, mas ainda não exista uma hegemonia capaz de enfrentar e superar com êxito os problemas estratégicos vividos pelo partido, mesmo porque há no interior desta “maioria” um evidente desacordo em torno de quais seriam estes problemas estratégicos, além daqueles que nem sequer colocam o problema nestes termos.

É neste cenário que a AE se movimenta, hoje.

Nossa tendência possui 18 anos de vida. Estamos presentes, nem sempre da maneira mais organizada, em 25 estados brasileiros (as exceções são Roraima e Acre). Atuamos e influenciemos diversos movimentos sociais (sindical, estudantil, educação, mulheres, LGBT, portadores de deficiência, combate ao racismo, do campo etc.). Estamos presentes em prefeituras, governos estaduais e no governo federal, assim como temos parlamentares nos três ní-







veis. Na frente internacional, influenciámos os debates e a construção de alternativas de esquerda, especialmente a latino-americana. Participamos ativamente do PED, em 2001, 2005, 2007 e 2009. Mantemos um jornal mensal, realizamos jornadas semestrais de formação política e buscamos participar do debate de idéias, tanto no PT quanto no conjunto da esquerda brasileira e internacional.

Nosso peso no PT, nos parlamentos, executivos e movimentos sociais é, hoje, proporcionalmente menor do que em 1993, com exceções como a do movimento sindical.

Por outro lado, hoje estamos mais conscientes dos desafios programáticos, estratégicos e táticos da esquerda brasileira e mundial.



Durante os últimos 18 anos, a Articulação de Esquerda vem construindo um balanço da luta pelo socialismo no século XX, uma análise do capitalismo dos séculos XX e XXI, assim como uma visão sobre a estratégia de luta pelo socialismo no século XXI.



Nossa elaboração a respeito está consolidada nas resoluções aprovadas em seis seminários nacionais e onze conferências nacionais. Esta documentação foi reunida em quatro livros (Socialismo ou Barbárie; Novos rumos para o governo Lula; Abrir uma nova época na história do Brasil; Resoluções da décima conferência nacional da Articulação de Esquerda); em 100 edições do jornal Página 13; e nos textos e posições adotados por nossas direções municipais, estaduais, setoriais e nacional, documentação que está parcialmente disponível na página eletrônica www.pagina13.org.br



Do ponto de vista teórico, tentamos fazer parte da tradição comunista, socialista, revolucionária, marxista. Mas não nos consideramos parte integrante de nenhuma das “famílias doutrinárias” que se reclamam marxistas, leninistas, trotskistas, guevaristas etc.

Nossa conduta busca corresponder àquilo que Lênin dizia ser a “essência do marxismo”: a análise concreta da situação concreta.

Como já foi dito antes, nosso problema reside em construir uma estratégia socialista, nos marcos de uma situação política não revolucionária, em que uma esquerda majoritariamente reformista está dirigindo parte do aparelho de Estado.

Neste cenário, trabalhamos para ampliar nossa força e presença na vida partidária, nas disputas eleitorais, na ação institucional, nas lutas sociais, distintas dimensões da luta de classes.

Isto porque seguimos acreditando, como em 1993, que as opções da AE, da esquerda petista, do conjunto do Partido dos Trabalhadores e da esquerda política e social brasileira, bem como dos povos da América Latina, jogam um papel muito importante na luta pelo socialismo.

